

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

Procurador

Confira se este Caderno destina-se ao Cargo para o qual você está inscrito.

Após a autorização do Fiscal, confira se este Caderno contém 40 (quarenta) questões numeradas de 01 a 40 e a prova discursiva. Verifique se todas as páginas estão com a numeração correta.

INSTRUÇÕES

- 1 Você receberá 1 (um) Cartão-Resposta e 1 (uma) Folha de Resposta Definitiva. Confira seu nome, número de inscrição e cargo para o qual você está inscrito e **assine**, à caneta, **APENAS NO LOCAL DETERMINADO**.
TENHA MUITO CUIDADO COM O CARTÃO-RESPOSTA E COM A FOLHA DE RESPOSTA DEFINITIVA, POIS **NÃO SERÁ FORNECIDA UMA 2ª VIA**.
- 2 MARQUE NO CARTÃO-RESPOSTA O TIPO DE PROVA QUE VOCÊ RECEBEU, CONFORME A IMAGEM ABAIXO. **SE ESTA MARCAÇÃO NÃO FOR EFETUADA, SEU CARTÃO NÃO SERÁ CORRIGIDO**.
 A B
- 3 Você só deverá marcar o Cartão-Resposta, quando tiver certeza da opção escolhida para cada questão. Ao marcar o Cartão-Resposta, utilize caneta azul ou preta e preencha o Cartão conforme o modelo a seguir.
 A B C D
- 4 Para cada uma das questões são apresentadas 4 (quatro) opções classificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde corretamente à pergunta. A marcação de mais de uma opção anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ASSINALADAS ESTEJA CORRETA**.
- 5 Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer esta prova. Reserve, pelo menos, os 60 (sessenta) minutos finais para marcar seu Cartão-Resposta e transcrever a prova discursiva para a Folha de Resposta Definitiva.
- 6 Somente será autorizada a saída dos primeiros candidatos após decorridos 90 (noventa) minutos do início da prova.
- 7 Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até que todos concluem a prova, ou termine o tempo de duração da mesma, e deverão retirar-se juntos.
- 8 Para qualquer tipo de rascunho é permitida apenas a utilização das folhas deste caderno.
- 9 Quando terminar, entregue ao fiscal o Cartão-Resposta, a Folha de Resposta Definitiva e este Caderno de Questões.
- 10 Você **NÃO** poderá levar este Caderno.

AMANHÃ, DIA 01/08, APÓS AS 14H, ESTARÃO DISPONÍVEIS NO SITE DA FUNRIO (www.funrio.org.br), O GABARITO, O PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA E O CADERNO DE QUESTÕES.

Língua Portuguesa

Quando no futuro eles olharem para nós

Vivemos numa época assustadora, em que é difícil imaginar os seres humanos como criaturas racionais. Onde quer que estejamos, deparamo-nos com a brutalidade e a estupidez, a tal ponto que nada mais há para se ver: retornamos ao barbarismo, processo que somos incapazes de deter. Contudo, embora isso seja real, creio que se deu um agravamento generalizado; e, exatamente porque as coisas estão tão assustadoras, ficamos paralisados, e não percebemos – ou, se percebemos, não lhes damos a devida atenção – as forças igualmente poderosas que existem do outro lado: a razão, a sanidade e a civilidade.

Creio que, quando a futura humanidade olhar para o nosso tempo, ficará espantada, particularmente, com o fato de que nos conhecemos mais agora do que nossos ancestrais se conheciam. Mas muito pouco do que sabemos foi posto em prática. Houve uma explosão de informações a nosso respeito, informações resultantes da capacidade ainda infantil da humanidade de se observar objetivamente. Isso diz respeito aos nossos padrões de comportamento. As ciências em questão são às vezes chamadas de ciências do comportamento e estudam como nos comportamos como indivíduos e em grupo, e não como imaginamos que nos comportamos e, agimos. Estudam nosso comportamento da mesma maneira que estudamos, imparcialmente, o comportamento de outras espécies. Essas ciências sociais ou comportamentais são precisamente o resultado de nossa capacidade de agir de maneira imparcial em relação a nós mesmos. Uma enorme gama de novas informações é obtida através de universidades, institutos de pesquisa e talentosos diletantes. Entretanto, nossa maneira de nos governarmos não se modificou.

Nossa mão esquerda não sabe – não quer saber – o que faz a direita.

Creio que essa seja a coisa mais extraordinária que há para ser estudada a nosso respeito, como espécie. E a humanidade do futuro irá se admirar disso, assim como nos admiramos da cegueira e da inflexibilidade de nossos ancestrais.

LESSING, Doris. *Prisões que escolhemos para viver*. Trad. Jacqueline K. G. Gama. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Adaptado

Questão 01

De acordo com a autora do texto lido, os seres humanos passaram a ignorar posturas civilizadas e se comportar como bárbaros, devido

- (A) ao excesso de informações obtidas pelas ciências sociais.
- (B) a mudanças profundas no modo de governabilidade da humanidade.
- (C) à paralisia da ação diante do excesso de brutalidade e estupidez.
- (D) à inflexibilidade de comportamento e cegueira dos ancestrais.

Questão 02

A visão da autora, neste texto, sobre o modo de comportamento dos seres humanos, na época atual, pode ser qualificada como

- (A) utópica, porque admite o olhar curioso da futura humanidade para o nosso tempo.
- (B) pessimista, porque não vê solução para o barbarismo dominante no mundo.
- (C) diletante, porque não apresenta argumentos bem fundamentados para a defesa de sua tese.
- (D) ingênua, porque transfere para o futuro da humanidade a solução dos problemas do presente.

Questão 03

Considerando-se, no contexto do texto lido, o trecho *Nossa mão esquerda não sabe não quer saber o que faz a direita*, é correto afirmar que, nele, a autora se utiliza de

- (A) linguagem figurada para mostrar que não aplicamos os conhecimentos conquistados pelas ciências sociais.
- (B) um recurso metonímico para ilustrar a falta de integração dos dois lados do cérebro humano.
- (C) uma paráfrase bíblica para apresentar a cisão do comportamento humano entre o Bem e o Mal.
- (D) recurso da personificação para destacar a importância do trabalho com as mãos para a evolução da humanidade.

Questão 04

Segundo a autora, o olhar da futura humanidade para o nosso tempo será marcado pelo espanto diante da barbárie imperante, porque constatará que

- (A) apesar da ampliação de conhecimentos sobre o comportamento humano, não aplicamos essas descobertas em benefício próprio.
- (B) as informações da ciência a respeito de nossos padrões de comportamento foram tratadas subjetivamente.
- (C) nos mantivemos infantilizados apesar de sermos racionais, civilizados e cientificamente avançados.
- (D) as universidades e os institutos de pesquisa não produziram resultados imparciais sobre o comportamento da espécie humana.

Questão 05

Em *Contudo*, **embora** isso seja real, creio que se deu um agravamento generalizado; e, exatamente porque as coisas estão **tão** assustadoras, ficamos paralisados[...], a conjunção **embora** e o advérbio **tão** estabelecem, nesse enunciado, relações de sentido, respectivamente, de

- (A) causa e consequência.
- (B) concessão e intensidade.
- (C) restrição e quantidade.
- (D) oposição e comparação.

Questão 06

Assinale a alternativa em que a reescritura do seguinte período retirado do texto lido mantém a clareza de sentido e a correção sintática.

Creio que, quando a futura humanidade olhar para o nosso tempo, ficará espantada, particularmente, com o fato de que nos conhecemos mais agora do que nossos ancestrais se conheciam.

- (A) Ficaré espantada, quando olhar para o nosso tempo a humanidade com o fato de que nos conhecemos mais agora do que nossos ancestrais, creio que particularmente se conheciam.
- (B) Quando a futura humanidade, creio que, olhar para o nosso tempo, particularmente, com o fato de que nos conhecemos mais do que nossos ancestrais se conheciam, ficará espantada.
- (C) Particularmente, conhecemo-nos mais agora do que nossos ancestrais se conheciam, mas creio que a futura humanidade quando olhar para o nosso tempo ficará espantada.
- (D) Quando a futura humanidade olhar para o nosso tempo, creio que ficará particularmente espantada com o fato de que nos conhecemos mais agora do que nossos ancestrais se conheciam.

Questão 07

Sobre as ciências sociais ou comportamentais, a autora afirma que *estudam nosso comportamento da mesma maneira que estudamos, imparcialmente, o comportamento de outras espécies.*

Sendo assim, pode-se afirmar que esse estudo ocorre de forma

- (A) única e sem igual.
- (B) comparativa e genérica.
- (C) genérica e sem igual
- (D) objetiva e justa.

Questão 08

As ciências em questão são às vezes chamadas de ciências do comportamento [...]

Diferentemente desse fragmento, o acento grave empregado na expressão “às vezes” não ocorreria no caso a seguir.

- (A) As vezes, é difícil imaginar o ser humano como racional.
- (B) Não é possível que as vezes pensemos assim.
- (C) As vezes em que imaginei isso me apavorei.
- (D) Espero que as vezes sejamos capazes de estudar mais

Questão 09

No fragmento *Nossa mão esquerda não sabe [...]*, a palavra esquerda assume, morfologicamente, um valor

- (A) adjetivo.
- (B) substantivo.
- (C) adverbial.
- (D) verbal.

Questão 10

Estudam nosso comportamento da mesma maneira que estudamos, imparcialmente, o comportamento de outras espécies.

O advérbio em destaque, nesse período, estabelece uma relação sintática com o seguinte termo:

- (A) maneira.
- (B) espécies.
- (C) estudamos.
- (D) comportamento.

Conhecimentos Específicos**Questão 11**

Conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a lei municipal que

- (A) impede a instalação de estabelecimentos comerciais de um mesmo ramo em determinada área.
- (B) estabelece normas de processo e julgamento sobre crimes de responsabilidade do prefeito.
- (C) tipifica determinado ato do prefeito como crime de responsabilidade.
- (D) fixa o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais.

Questão 12

A respeito da medida provisória, é **CORRETO** afirmar que

- (A) se não apreciada em até sessenta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- (B) após a Emenda Constitucional nº 32/2001, perde eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período.
- (C) pode dispor sobre o regime jurídico dos partidos políticos, mas não sobre direitos políticos.
- (D) pode dispor sobre direito processual civil, mas não sobre direito eleitoral.

Questão 13

Sobre o regime constitucional das Câmaras Municipais, é **CORRETO** afirmar que

- (A) se garante a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- (B) o subsídio dos Vereadores em cada legislatura será fixado no início desta pelas respectivas Câmaras Municipais.
- (C) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
- (D) a Câmara Municipal não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

Questão 14

Compete aos Municípios, **EXCETO**

- (A) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas.
- (B) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o serviço de transporte público de interesse local.
- (C) legislar sobre juntas comerciais.
- (D) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Questão 15

Sobre o controle entre Poderes no âmbito municipal, é **CORRETO** afirmar que

- (A) o controle externo da Câmara Municipal não pode ser exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados.
- (B) é admitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- (C) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (D) as contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual lhes poderá questionar a legitimidade, nos termos da lei.

Questão 16

De acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, a respeito do regime jurídico dos servidores públicos, pode-se afirmar que

- (A) se considera constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- (B) se consideram inconstitucionais todas as modalidades de provimento que propiciem ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual foi anteriormente investido.
- (C) o direito ao auxílio-alimentação se estende também aos servidores inativos, com base na equiparação constitucional entre ativos e inativos.
- (D) o Poder Judiciário pode determinar o aumento dos vencimentos de servidores públicos com base no princípio da isonomia.

Questão 17

De acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, as Câmaras de Vereadores

- (A) detêm personalidade judiciária para litigar sobre seus interesses institucionais, mas não detêm personalidade jurídica.
- (B) detêm personalidade jurídica e personalidade judiciária para litigar sobre seus interesses institucionais ou outros interesses da municipalidade.
- (C) detêm personalidade jurídica e personalidade judiciária para litigar sobre seus interesses institucionais.
- (D) não detêm personalidade jurídica nem personalidade judiciária.

Questão 18

De acordo com a Lei nº 8429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito,

- (A) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal, ainda que por preço equivalente ao valor de mercado.
- (B) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante ou até cento e oitenta dias após a atividade.
- (C) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, contanto que se trate de bens imóveis.
- (D) perceber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Questão 19

Considera-se dispensada a licitação na situação a seguir.

- (A) Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
- (B) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, independentemente do preço.
- (C) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, ainda que com modificações das condições preestabelecidas.
- (D) Para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, inclusive materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

Questão 20

NÃO constitui motivo para a rescisão do contrato administrativo, o(a)

- (A) suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- (B) atraso, desde que superior a sessenta dias, dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- (C) razão de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificada e determinada pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exarada no processo administrativo a que se refere o contrato.
- (D) lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.

Questão 21

A única hipótese que representa uma causa de invalidade do negócio jurídico que não admite, em regra, posterior confirmação pelas partes é a seguinte:

- (A) negócio celebrado com base em falso motivo determinante.
- (B) negócio celebrado por menor púbere sem representação ou assistência.
- (C) negócio celebrado por pessoa que, sob premente necessidade ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (D) negócio celebrado sem observar a forma prescrita em lei, sendo esta da sua substância.

Questão 22

Opera-se de pleno direito a sub-rogação, quando

- (A) terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver a dívida, sob a condição expressa de ficar o mutuante sub-rogado nos direitos do credor satisfeito.
- (B) o adquirente do imóvel hipotecado paga a credor hipotecário, bem como quando o terceiro efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel.
- (C) o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.
- (D) o terceiro não interessado paga a dívida em nome e por conta do devedor.

Questão 23

Robson pede emprestado veículo de seu amigo Ricardo por cinco dias. Findo o prazo, embora Ricardo peça a devolução do automóvel, transcorrem mais dez dias sem que o veículo seja restituído. No décimo quinto dia após o empréstimo, uma enchente atinge o bairro onde residem as partes, causando sérias avarias ao veículo.

É **CORRETO** afirmar que Robson

- (A) não deve responder pelos danos advindos ao veículo, por ser possuidor de boa-fé.
- (B) não deve responder pelos danos advindos ao veículo, pois ninguém pode ser responsabilizado pelo fortuito.
- (C) apenas não precisará responder pelos danos advindos ao veículo se comprovar que as avarias ocorreriam mesmo que o bem houvesse sido restituído a Ricardo tempestivamente.
- (D) deve responder pelos danos advindos ao veículo, não se admitindo que invoque qualquer causa excludente de responsabilidade.

Questão 24

Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da cobrança de honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, é **CORRETO** afirmar que

- (A) apenas se não houver impugnação, serão devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia na data da publicação da sentença executada.
- (B) apenas se houver impugnação ao cumprimento de sentença, e esta for acolhida, serão devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença.
- (C) serão devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia após a intimação do advogado da parte executada.
- (D) na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, serão devidos honorários advocatícios específicos quanto ao incidente de impugnação.

Questão 25

De acordo com a vigente lei processual brasileira, o recurso de apelação

- (A) admite que seja suscitada, em sede de contrarrazões, matéria resolvida por decisão interlocutória na fase de conhecimento, que não comportasse impugnação por meio de agravo de instrumento.
- (B) admite que seja suscitada, como questão preliminar, matéria resolvida por decisão interlocutória na fase de conhecimento, que comportasse impugnação por meio de agravo de instrumento.
- (C) somente será decidido monocraticamente pelo relator, negando-se-lhe provimento, depois de facultada a apresentação de contrarrazões.
- (D) não terá efeito suspensivo, se interposto contra sentença que julga improcedente o pedido de instituição de arbitragem.

Questão 26

Conforme entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, nas ações de execução fiscal,

- (A) exige-se que a petição inicial seja instruída com o demonstrativo de cálculo do débito, bem como o cumprimento dos requisitos previstos pelo art. 6º, da Lei nº 6830/1980.
- (B) a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.
- (C) a falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada constitui causa de inépcia da petição inicial.
- (D) a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito supre os demais requisitos previstos pelo art. 6º, da Lei nº 6830/1980.

Questão 27

Considera-se uma infração político-administrativa do prefeito municipal, sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato, quando ele

- (A) deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município à Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos.
- (B) ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
- (C) empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam.
- (D) deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.

Questão 28

A respeito do cálculo do valor venal para fins de incidência do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, no Município de Nova Iguaçu, é **CORRETO** afirmar que

- (A) poderá ser determinado valor mínimo para imóveis que tenham até 90 m² de área construída, conforme normatização do Executivo, no exercício imediatamente anterior à vigência do tributo.
- (B) o valor do terreno será apurado com base nos preços correntes de compra e venda no mercado, obtidos, preferencialmente, por sua avaliação, desconsiderados os equipamentos urbanos existentes.
- (C) a determinação do valor venal do imóvel não levará em consideração o valor dos bens móveis nele mantidos em caráter permanente ou temporário, para efeito de utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
- (D) no cálculo do valor venal do imóvel, serão consideradas as vinculações restritivas do direito de propriedade e estado de comunhão.

Questão 29

Nos termos do Código Tributário Nacional, pode-se afirmar que é requisito mínimo para a lei relativa à contribuição de melhoria, o seguinte:

- (A) a publicação prévia do eventual impacto ambiental da obra a ser financiada pela contribuição.
- (B) a fixação de prazo não inferior a 60 dias para impugnação, pelos interessados, da publicação dos demais requisitos.
- (C) a publicação prévia da determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.
- (D) a fixação de prazo não inferior a 90 dias para impugnação, pelos interessados, da publicação dos demais requisitos.

Questão 30

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a operação de crédito por antecipação de receita

- (A) estará proibida no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
- (B) não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, que deve ser necessariamente prefixada.
- (C) será proibida se houver operação anterior da mesma natureza, integralmente resgatada ou não.
- (D) somente poderá ser realizada a partir do trigésimo dia do início do exercício financeiro.

Questão 31

A respeito da despesa total com pessoal ativo e inativo dos Municípios, é **CORRETO** afirmar que

- (A) caso se adote a redução de cargo, emprego ou função para fins de redução de despesa, não se admite a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de dois anos.
- (B) a exoneração dos servidores estáveis não pode ser adotada como medida de cumprimento do limite legal de despesa total.
- (C) para fins de cumprimento do limite legal de despesa total, exige a Constituição a redução de, no mínimo, trinta por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.
- (D) não poderá exceder 60% da receita corrente líquida em cada período de apuração.

Questão 32

A respeito do entendimento atual do Supremo Tribunal Federal sobre a competência da Justiça do Trabalho, é **CORRETO** afirmar que ela é competente para a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao(a)

- (A) objeto da condenação constante das sentenças que proferir, mas não dos acordos por ela homologados.
- (B) objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.
- (C) objeto dos acordos por ela homologados, mas não da condenação constante das sentenças que proferir.
- (D) relações de emprego por ela reconhecidas, independentemente de sentença condenatória ou homologação de acordo.

Questão 33

NÃO se admite a movimentação da conta vinculada ao FGTS quando

- (A) o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessitar adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.
- (B) qualquer dos dependentes do trabalhador for acometido de neoplasia maligna.
- (C) se der a suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a sessenta dias.
- (D) se der por rescindido o trabalho em decorrência do fechamento de estabelecimento, agência ou filial da empresa empregadora.

Questão 34

O partido político pode receber doações para a constituição de seus fundos, de uma

- (A) instituição religiosa.
- (B) sociedade concessionária de serviços públicos.
- (C) entidade sindical.
- (D) sociedade de economia mista.

Questão 35

Considera-se justa causa para a desfiliação partidária, a

- (A) mudança de partido durante os sessenta dias que antecedem o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.
- (B) mudança de partido durante os noventa dias que antecedem o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição majoritária ao término do mandato vigente.
- (C) mudança ou desvio de qualquer natureza do programa partidário.
- (D) grave discriminação política pessoal.

Questão 36

Considera-se conduta tendente a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais e, portanto, vedada aos agentes públicos,

- (A) fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados ou subvencionados pelo Poder Público.
- (B) ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, em qualquer caso.
- (C) realizar nomeações para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
- (D) realizar, no ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

Questão 37

É **elegível** para o cargo de prefeito, a pessoa condenada por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por

- (A) crime contra a fé pública.
- (B) crime eleitoral ao qual a lei comine exclusivamente pena de multa.
- (C) tráfico de entorpecentes.
- (D) crime contra o meio ambiente.

Questão 38

Cabe à Câmara Municipal de Nova Iguaçu, com sanção do Prefeito, dispor sobre

- (A) criação ou extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos.
- (B) concessão administrativa de uso dos bens estaduais situados no Município.
- (C) criação e estruturação de Secretarias Municipais e demais órgãos da administração pública, mas não a definição das respectivas atribuições.
- (D) diretrizes orçamentárias, orçamento anual, plano plurianual e autorização para abertura de créditos suplementares e especiais.

Questão 39

- A respeito do processo disciplinar contra servidor do Município de Nova Iguaçu, é **CORRETO** afirmar que
- (A) no caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, sem que sejam submetidos à acareação.
 - (B) no caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de duas testemunhas.
 - (C) havendo dois ou mais indiciados, a cada um será concedido prazo de dez dias para apresentação de defesa, sucessivamente.
 - (D) tipificada a infração disciplinar, o indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão, para apresentar defesa escrita, no prazo de quinze dias.

Questão 40

- Compete privativamente ao presidente da Câmara de Nova Iguaçu,
- (A) determinar, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, apenas ao início dos trabalhos, a verificação de presença.
 - (B) deferir, por requerimento do autor, a retirada de proposição incluída na Ordem do Dia.
 - (C) dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores que forem empossados no primeiro dia da legislatura e aos suplentes de Vereadores.
 - (D) declarar prejudicada a proposição em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo, salvo requerimento que consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação de fatos anteriores.